

ESTRATÉGIAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR EM TRÊS CIDADES DO VALE DO ITAJAÍ, SANTA CATARINA

Michele Gonçalves Schwamberger¹
Jessiel Odilon Junglos²

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo apresentar as estratégias de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pelas secretarias municipais de educação de três cidades do Vale do Itajaí (SC). Para tanto realizou-se um estudo bibliográfico e de campo, através de uma entrevista semiestruturada com os secretários de educação das respectivas secretarias onde esquematizamos as estratégias que serão utilizadas para formação dos professores e as características gerais da região. Os dados obtidos foram tratados de maneira qualitativa, buscando interagir com o meio pesquisado.

PALAVRAS-CHAVES: BNCC, formação de professores, escola, educação básica.

ABSTRACT: The present article aims to analyze the strategies of implementation of the National Curricular Common Base (BNCC) by the municipal education departments of the cities of Brusque, Guabiruba and Botuverá (SC). A bibliographic and field study was carried out through a semistructured interview with the secretaries of education of the respective secretariats, where we outlined the strategies that will be used to train teachers and the general characteristics of the region. The obtained data were treated in a qualitative way, seeking to interact with the researched medium.

KEYWORDS: BNCC, teacher training, school, basic education.

1 INTRODUÇÃO

O objeto de estudo deste trabalho foi a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que é um documento de caráter normativo e estabelece as ações necessárias para garantir as aprendizagens fundamentais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das fases da educação básica. Este documento é utilizado exclusivamente na educação escolar, tal como define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), tornando-se a principal referência para a construção das diretrizes e propostas pedagógicas dos estados e municípios. Ao utilizar

¹ Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE). Email: michele.g.schwamberger@hotmail.com

² Mestre em Educação (2018) e graduado em Pedagogia (2015) pela Universidade Regional de Blumenau (FURB). E-mail: jessiel.odilon@gmail.com

a perspectiva de que a Base é a principal referência para a construção destes documentos é necessário compreender que os meios pedagógicos devem

estar orientados para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho) (BRASIL, 2017, p. 13).

Para tanto, Machado (2014, p. 4) afirma que a instituição de uma base nacional comum não é novidade no Brasil e que há muito tempo vemos ajustes que indicam para a efetivação desse feito no país. Em termos legais, já existe a LDB e no caminho da construção dessa base nacional comum, podemos destacar a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), entre os anos de 1997 e 1998 e o estabelecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) que a cada período apresentam reformulações.

Machado (2014) afirma ainda que os PCN's (1997) foram elaborados a partir do Plano Decenal de Educação para Todos (1993-2003), foi idealizado a partir da Conferência Mundial de Educação Para Todos, realizada em Jontier, Tailândia em 1990, tendo como objetivo ser um referencial para a educação em todo o país. Machado (2014) continua alegando que estes documentos possuem um caráter não-obrigatório e surgem com o objetivo de auxiliar o professor na realização do seu trabalho, na aplicação de projetos educativos, no planejamento das aulas e na reflexão sobre a prática educativa.

2 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Partimos do pressuposto que a BNCC é um documento norteador importante, contendo os elementos necessários para planejar as aulas, com habilidades e competências específicas para cada idade, com seus respectivos objetivos, do que se esperar em cada fase de desenvolvimento.

Segundo Prado (2017, p. 5)

a Base contribuirá para que, o atual sistema educacional, possa atuar no avanço do processo de construção da cidadania dos alunos brasileiros garantindo que seus direitos de aprendizagem e as habilidades, que serão desenvolvidos nos próximos anos, sejam os

mesmos propostos para a educação mundial e utilizadas no Programa Internacional de Avaliação de estudantes (Pisa).

Outras funções que a BNCC deve ter também além de contribuir para o planejamento dos professores é:

- Orientar as ações políticas do MEC na Educação Básica, tais como: formação inicial e continuada de professores, avaliação de material pedagógico didático, avaliação de alunos e professores, programas visando a equidade na qualidade de ensino no país, Censo Escolar, entre outros.
- Deverão ser utilizados para elaborações de novos currículos ou para adaptações de currículos e programas já existentes, sob a gestão pedagógica da Secretaria de Educação de cada Estado, que terá a liderança nesse processo, no âmbito da rede de ensino sob sua responsabilidade.
- As Secretarias Municipais de Educação, juntamente com suas equipes pedagógicas, serão responsáveis pela orientação e acompanhamento da incorporação da BASE, à cada escola, sob a sua responsabilidade.
- Sob a responsabilidade de seus gestores, diretor e coordenador pedagógico, a BCNN deverá estar presente nas atividades de ensino e aprendizagem que ocorrem nas salas de aula.
- Todo professor deve ter acesso à BCNN, receber orientação didática para o seu uso, revisar seu planejamento e planos de aula, à partir das aprendizagens pretendidas, para o grau de ensino e anos sob a sua responsabilidade (PRADO, 2017, p. 6).

Diante disso, podemos observar que ao longo dos anos, a educação vem se destacando nas políticas públicas e as tentativas de reestruturar o sistema educacional são muitas antigas, devido a necessidade de transformar a crise do sistema educativo. Desde 1996 com a aprovação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) a educação vem passando por um grande avanço no sistema educacional no Brasil, desejando que a escola se torne um ambiente de participação social, valorizando a democracia, o respeito, a pluralidade cultural e a formação do cidadão, dando mais essência e significado para os educandos (MATOS, 2009, p. 1).

Segundo Bastos (2017, p. 1) “por ser considerada um dos âmbitos mais importantes para o desenvolvimento geral de uma nação, a educação deve ser ponderada como prioridade e concebida como essência principal para o equilíbrio cultural e social”. Contudo, para que isso seja cumprido, é preciso que se busquem nas políticas públicas as condições necessárias para oferecê-la. Apesar dos grandes avanços educacionais que tem acontecido ao longo dos anos, o Brasil necessita de políticas mais

enérgicas e mais eficazes, com estratégias seguras e que sinalizem o combate às desigualdades sociais, com a oferta de uma educação de qualidade e com investimentos que atendam todas as carências existentes na área, além de uma fiscalização rígida sobre a aplicabilidade dos recursos destinados. Pois para Bastos

é inadmissível concordar que, o que se tem feito pela educação brasileira tem sido o suficiente, quando ainda existe profissionais não qualificados, indivíduos não alfabetizados, analfabetos funcionais, acentuados desvios de funções, instituições educacionais sem estruturas adequadas para funcionamento, número excessivo de alunos por classe e onde a exclusão social apresenta-se de forma bastante explícita. (2017, p. 2)

A situação em que se encontra o povo brasileiro, necessita de políticas públicas que ofereçam conhecimentos que anulem as desigualdades, que ocorrem na sociedade, desrespeitam a democracia, ferem a Constituição e desonram a dignidade humana.

De acordo com Rozemberg (2018) o Plano Nacional de Educação é um projeto que envolve responsabilidades compartilhadas entre a União, os estados e municípios com a finalidade de melhorar consideravelmente a qualidade da educação no Brasil. Por ter vigência igual a 10 anos, sobrepõe-se às gestões e aos mandatos, devendo se manter ativo apesar de mudanças de condução político-partidária. Por isso, todos os estados e municípios devem elaborar planejamentos específicos para fundamentar o alcance dos objetivos previstos considerando a situação, as demandas e necessidades locais. E o acompanhamento deve ser feito a cada dois anos.

Complementando a fala acima Marchezan (2000) afirma que para que os objetivos e metas sejam alcançados é necessário que seja considerado como um Plano de Estado, mais do que um Plano de Governo e, por isso assumido como um compromisso da sociedade para consigo mesma. O acompanhamento e a avaliação são fatores decisivos para que a educação produza a grande mudança, na perspectiva do desenvolvimento, da inclusão social, da produção científica e tecnológica.

Dentre os três municípios que foram pesquisados, somente um não possui Diretrizes Curriculares Municipais. Para Lyra

a construção de um Currículo Mínimo visa ser referência para todas as escolas. Sua finalidade é orientar, de forma clara e objetiva, os itens que não podem faltar no processo de ensino-aprendizagem em cada ano. Tem o propósito de estabelecer harmonia em uma rede de ensino múltipla e diversa, uma vez que propõe o mínimo, podendo o

professor e seu grupo avançar ou não com base nesse mínimo (BRUSQUE, 2012, p. 18)

O referencial teórico adotado nas Diretrizes da Rede Municipal de Educação do maior município pesquisado está fundado na perspectiva sociointeracionista, que representa a pedagogia relacional. Nesse sentido, o professor acredita que o que o aluno construiu, em sua vida, serve de patamar para continuar a construir novos conhecimentos. Os organizadores do documento recorrem a Gonçalves (2006, p. 119) para defender a ideia que busca-se “uma educação que proporcione possibilidades a todos e que, sobretudo contribua na transformação de nossa sociedade para uma coletividade harmoniosa e cooperativa”.

O documento da rede municipal do outro município que possui Diretrizes foi construído em 2016, partindo da leitura das versões atualizadas da BNCC. O motivo de organizar este documento foi o de pensar a educação como um processo, garantindo que, a cada ano, na escola, os estudantes possam vivenciar experiências significativas e ampliar seus conhecimentos, pois “afinal é preciso considerar a educação como um contínuo e o aluno como um sujeito que constrói conhecimentos científicos a partir do que já sabe”. (MULLER; HEINING, 2016, p. 6)

Nesse mesmo documento a aprendizagem não se apresenta como ativa, porém o currículo da aprendizagem apresenta-se em espiral, isto é, integrando as práticas entre si e encontrando na linguagem, mais uma parte constitutiva da aprendizagem.

Ao fazermos essa escolha por um currículo em espiral, nos aproximamos de outras duas concepções: a da linguagem como forma de interação, na qual os sentidos são construídos pelo sujeito, e a prática social da leitura, escrita e oralidade (MULLER; HEINING, 2016, p. 15-16).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta pesquisa foi utilizada a abordagem metodológica do tipo qualitativa, por “possuir a facilidade de poder descrever a complexidade de uma determinada hipótese [...] apresentar contribuições no processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado grupo” (OLIVEIRA, 1997, p. 23), empregando um estudo de caso com o intuito de “estabelecer uma série de compreensões no sentido de descobrir respostas para as indagações e questões que existem em todos os ramos do conhecimento humano” (OLIVEIRA, 1997, p.41).

O instrumento para a coleta de dados foi a entrevista semi estruturada com um questionário de 3 perguntas. Na elaboração das questões buscou-se saber se já existe algum programa de implementação da BNCC, se há alguma relação com o PNE e se pretendem reformular as diretrizes nos municípios que já tem ou se vão utilizar outro instrumento para orientar o trabalho dos professores.

O instrumento foi aplicado nas secretarias de educação das três cidades escolhidas, no ano de 2018. Após a coleta de dados, foram transcritas as respostas e os entrevistados identificados como secretaria A, B e C. O processo de seleção adotado é de modo intencional, devido a importância do assunto e que as pessoas selecionadas no momento eram as mais preparadas para responder aos questionamentos.

A fim de realizar este estudo, os dados foram coletados em três cidades que compõem a microrregião de Blumenau, que são Brusque, Guabiruba e Botuverá, cidades estas localizadas na mesorregião do Vale do Itajaí, no Estado de Santa Catarina. A cidade de Brusque, segundo dados do IBGE (2015) tem população estimada de 128.818 pessoas, possui 18.617 alunos matriculados nos ensino fundamental e médio divididos em 39 escolas. Na cidade de Guabiruba a população contabilizada é de 22.732 pessoas, possuindo 2971 alunos matriculados nos ensino fundamental e médio distribuídos em 11 escolas e a cidade de Botuverá possui 5.100 habitantes, cujo o número de alunos matriculados no ensino fundamental e médio é 649 divididos em 4 escolas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tendo em vista a realidade apresentada acima foram feitas três perguntas nas seguintes categorias: (i) Ações de implementação da BNCC; (ii) Relações da BNCC com o PNE; e (iii) Formação de professores.

Na primeira categoria tivemos as seguintes respostas:

“No momento o Município A aguarda as orientações e discussões referentes ao processo de implantação da BNCC propostas pelo Ministério da Educação. Importante salientar que versões preliminares da BNCC foram elaboradas, entretanto, sem um consenso definitivo dos entes federados acerca desta matéria.” (Secretaria A)

“A BNCC está sendo implantada a partir de 2019 com a alteração da grade curricular de 6º ao 9º ano (aumento da carga de horária da disciplina de

Matemática e Língua Portuguesa). Formação docente a partir das habilidades e competências apontas na BNCC, formação contínua por meio do ambiente virtual de aprendizagem (aproveitamento da hora/atividade).” (Secretaria B)

“Temos o Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC), instituído pelo Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de apoiar os estados no processo de revisão ou elaboração e implementação de seus currículos alinhados à BNCC.” (Secretaria C)

Na segunda categoria tivemos as seguintes respostas:

“De fundamental importância para o cumprimento de inúmeras metas e estratégias destacadas naquele documento. Para tanto, torna-se imprescindível a aprovação da BNCC nas diversas esferas para que a mesma possa ser definitivamente implementada. (Secretaria A)

“O Plano Municipal de Educação (alinhado ao PNE) por meio de suas 20 metas e mais de 200 estratégias é o indicador de várias ações. (Secretaria B)

“Já estava prevista no Plano Nacional de Educação (PNE), a BNCC começou a ser construída em 2015, seguindo um processo conduzido pelo Ministério da Educação (MEC), Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação (Consed), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e Conselho Nacional de Educação (CNE). (Secretaria C)

Na terceira e última categoria tivemos as respostas:

“O Município construiu e aprovou no decorrer do ano de 2016 as suas Diretrizes Curriculares Municipais. Este documento foi confeccionado à luz das orientações que permeavam a BNCC naquela ocasião. Caso a BNCC venha a sofrer alterações significativas em seu escopo, conseqüentemente promoverá reformulações nas Diretrizes Curriculares Municipais em vigor.” (Secretaria A)

“As diretrizes curriculares estão sendo elaboradas para o território de SC (única experiência no cenário nacional, aprovada pelo MEC), após a

apresentação da mesmas, passa-se a construir o Projeto pedagógico da Rede Municipal de ensino. (Secretaria B)

“Sim. É um processo que vai depender da finalização do currículo catarinense, produzido por profissionais da SED e UNDIME/SC. (Secretaria C)

Analisando os conteúdos da entrevista acima podemos afirmar que tem secretaria aguardando ordens superiores para implantar, tem secretaria que já implementou a BNCC nas turmas de ensino fundamental e tem secretaria que sabe da existência do programa de implementação, mas que não deu nenhuma resposta clara se a secretaria deste município tem algum programa para implementar a BNCC no município.

Quanto a influência do PNE nesta implantação duas secretarias consideram de fundamental importância, dando subsídios para ações futuras e uma das secretarias diz que já estava previsto no PNE a implantação da BNCC. Para finalizar analisando a questão das diretrizes uma das secretarias teve sua diretriz construída em 2016 e está usando-a até ficarem prontas as diretrizes estaduais e as outras duas secretarias estão aguardando as diretrizes estaduais ficarem prontas também, porém uma vai iniciar a construção e a outra vai reformular para ficar de acordo com a BNCC.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o término das indagações pude observar que a BNCC tem extrema relevância e está levando os secretários de educação e todos os envolvidos com a educação dos municípios à pensarem em formas de aproximar os profissionais deste novo documento.

Esta pesquisa conseguiu atingir o objetivo geral proposto que era verificar como as secretarias municipais de educação de três cidades do Vale do Itajaí (SC) estão se organizando para a implementação da BNCC. E os objetivos específicos que eram identificar as ações estabelecidas pelas secretarias municipais de educação para implantação da BNCC, mapear as estratégias que serão utilizadas para formação dos professores, apontar os dados de cada cidade pesquisada.

O objetivo específico que era mapear as estratégias que seriam utilizadas para formação dos professores não conseguiu ser atingido, pois pelo que pude observar nenhuma das três secretarias tem planejamento para formar os professores, por este motivo não tenho dados para mapear, deixando aqui como recomendação ficar atenta a futuras movimentações das secretarias e registrar posteriormente se estratégias serão utilizadas para formar professores.

E o último objetivo específico era apontar os dados de cada cidade pesquisada, também foi concluído com sucesso, pois através de dados obtidos no site do IBGE foi possível ter os números atuais da educação destes municípios, dados estes que me disseram o número de habitantes de cada município, e dentre estes habitantes quantos são estudante e quantas escolas temos a disposição destes alunos.

Contudo podemos então deduzir que a BNCC está levando os secretários de educação à pensarem num futuro próximo, em como farão para atualizar ou construir os documentos norteadores para guiarem os professores no seu fazer pedagógico. Porém acredito que os professores não deveriam esperar por ordens da secretaria para buscarem formação, esclarecimentos, pois a BNCC tem uma versão on-line para navegação.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Manoel de Jesus. **Políticas Públicas na Educação Brasileira**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Edição 05. Ano 02, Vol. 01. p 253-263, Julho de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/3-apresentacao.pdf>

GONÇALVES, M. da G.M. **Desenhando a psicologia**: uma reflexão sobre a formação do psicólogo. Psicologia Revista. São Paulo, n.2, 2006.

MACHADO, Roseli Belmonte. **Base Nacional Comum, escola, professor**. Revista e-Curriculum, São Paulo, v. 12, n. 03, p. 1591 – 1613, out./dez. 2014.

MARCHEZAN, Nelson. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2000-2001. 87 p.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica**. Pioneira. São Paulo, SP, 1997.

PRADO, Iara Glória Areias. **Considerações sobre a Base Nacional Comum Curricular. (BNCC)**. 2017. Disponível em:
<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pdf/Parecer_1_Introducao_Iara_Gloria_Areias_Prado.pdf>.

PREFEITURA DE BRUSQUE: Secretaria Municipal de Educação: **Diretrizes curriculares municipais** / Secretaria de Educação. – Brusque: Prefeitura de Brusque, 2012, 228p.

PREFEITURA DE GUABIRUBA: Secretaria Municipal de Educação: **Diretrizes curriculares municipais** / Secretaria de Educação. – Guabiruba: Prefeitura de Guabiruba, 2016, 302 p.

ROZEMBERG, Eduarda. **Plano Nacional de Educação(PNE)**: entenda o que é. Plataforma Educacional, 2018. Disponível em
<https://www.somospar.com.br/pne-conheca-o-plano-nacional-de-educacao/>